

FICHA DE UNIDADE CURRICULAR 2025/2026

Curso

Licenciatura em Educação e Formação

Designação

História dos Sistemas Educativos Contemporâneos

Docentes

Ana Isabel Madeira (Coord.), Tomás Vallera e Clara Isabel Serrano

Descrição geral (ECTS, Carga horária, Apoio tutorial, etc.)

5 ECTS; 3h; teórico-prática; apoio tutorial presencial e online.

Objetivos / Competências

Esta disciplina prossegue os seguintes objetivos gerais:

- 1) Compreender a evolução histórica do sistema educativo português no quadro das transformações sociais, políticas e culturais dos séculos XIX a XXI;
- 2) Analisar criticamente os processos de construção, expansão e reforma do sistema educativo em Portugal, articulando-os com as dinâmicas internacionais;
- 3) Promover uma visão histórica que permita interpretar os problemas educativos contemporâneos à luz do seu desenvolvimento espácio-temporal.

Pretende-se, mais especificamente, desenvolver competências aos seguintes níveis:

- 1) Identificar as principais fases da constituição do sistema educativo português;
- 2) Conhecer os actores, as políticas e as instituições fundamentais que marcaram a história da educação em Portugal (Estado, Igreja, professores, pedagogos, organismos internacionais);
- 3) Comparar criticamente orientações políticas e pedagógicas em diferentes períodos históricos (Liberalismo, República, Estado Novo, Democracia);
- 4) Relacionar a história do sistema educativo português com contextos internacionais, nomeadamente no quadro europeu/global e colonial/pós-colonial;
- 5) Desenvolver competências de investigação na área da História da Educação, nomeadamente de análise documental, de produção de sínteses e de comunicação dos resultados.



Conteúdos programáticos

1. O campo da História da Educação: identidade e diálogos interdisciplinares

- Objectos
- Fontes
- Metodologias
- Abordagens historiográficas

2. A construção do modelo da escola de massas: origens europeias e institucionalização mundial

- O impacto da Reforma e da Contra-reforma na consolidação do modelo escolar (finais do séc. XVII–XVIII)
- A Escola como instrumento do Estado-nação: alfabetização, moral cívica e nacionalismo (finais do séc. XIX)
- Factores sociais e políticos associados à escolarização de massas
- Institucionalização global dos sistemas educativos (sécs. XIX–XX)

3. O processo de escolarização em Portugal (séculos XVIII-XXI)

- Iluminismo e Reformas Pombalinas (século XVIII)
- Liberalismo e Construção do Estado-Nação (século XIX)
- A Primeira República e a Educação Laica (1910–1926)
- Estado Novo e a Escola como instrumento ideológico (1926–1974)
- Democracia, Massificação e Europa (1974–1990s)

Bibliografia geral (até 20 obras)

Alves, L. A. M., & Pintassilgo, J. (Coords.). (2015). História da educação: Fundamentos teóricos e metodologias de pesquisa: Balanço da investigação portuguesa (2005-2014). Porto: CITCEM/HISTEDUP.

Carvalho, R. (1986). História do ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. Fundação Calouste Gulbenkian.

Dussel, I. (2013). The assembling of schooling: Discussing concepts and models for understanding the historical production of modern schooling. *European Educational Research Journal*, 12(2), 176-189. https://doi.org/10.2304/eerj.2013.12.2.176

Faria de Vasconcelos, A. (2015). *Uma escola nova na Bélgica* (C. Meireles-Coelho, A. Cotovio & L. Ferreira, Trad.; posfácio e notas de C. Meireles-Coelho). Aveiro: Universidade de Aveiro.



Fernandes, R. (1979). *A pedagogia portuguesa contemporânea* (1.ª ed.). Instituto de Cultura Portuguesa; Secretaria de Estado da Cultura.

Fernandes, R. (1992). O pensamento pedagógico em Portugal (2.ª ed.). Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / Ministério da Educação.

Fuchs, E. et al. (2019). The Transnational in the History of Education: Concepts and Perspectives. Palgrave Macmillan.

Gomes, J. F. (1982). O Marquês de Pombal: criador do ensino primário oficial. *Revista de História das Ideias*, 4 (Tomo II, nº especial "O Marquês de Pombal e o seu tempo"), 25-41.

Hamilton, D. (1989). Towards a Theory of Schooling (1st ed.). Falmer Press / Routledge.

Hamilton, D. (2015). The beginning of schooling — as we know it? *Journal of Curriculum Studies*, 47(5), 577-593. https://doi.org/10.1080/00220272.2015.1052851

Lima, L. C. (2024). A Reforma Veiga Simão 50 anos depois. In A. Teodoro & J. Pintassilgo (Eds.), Nos 50 anos da Reforma Veiga Simão: as políticas educativas entre mudanças e continuidades (pp. 39-60). Edições Universitárias Lusófonas.

Magalhães, J. (2010). Da cadeira ao banco. Escola e modernização (séculos XVIII-XX). Educa/ Unidade de I&D de Ciências da Educação.

Nóvoa, A. (1992). A educação nacional (1930-1974). In F. Rosas (Coord.), *Portugal e o Estado Novo* (1930-1960) (pp. 455-519). Editorial Presença.

Nóvoa, A. (1994). História da Educação. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Nóvoa, A. (2015). Carta a um jovem investigador em Educação. *Investigar em Educação*: 2.ª série, (3), 13-21.

Nóvoa, A. (Dir.) (2003). Dicionário de educadores portugueses. Edições ASA.

Nóvoa, A., & Schriewer, J. (Eds.). (2000). A difusão mundial da escola: alunos, professores, currículo, pedagogia. Lisboa: Educa.

Ó, J. R. do. (2009). Ensino liceal (1836-1975). Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação.

Pintassilgo, J. (2010). A República e a Educação – dos projectos às realizações. In L. M. Mendes & D. Gaspar (Coords.), *José Mendes Cabeçadas Júnior e a República no Algarve* (pp. 182-191). Loulé: Câmara Municipal de Loulé.

Pintassilgo, J. (Org.) (2013). Laicidade, religiões e educação na Europa do Sul no século XX. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Varela, J., & Álvarez-Uría, F. (1991). La maquinaria escolar. In *Arqueología de la escuela* (pp. 13-54). Madrid: La Piqueta.



Métodos de ensino

As sessões terão um carácter teórico-prático e incluirão a apresentação dos conteúdos programáticos através da discussão de textos, do visionamento de pequenos filmes, de visitas virtuais a museus escolares e da consulta de bases de dados de imagens. O trabalho prático em sala de aula assenta na análise comparativa de diferentes fontes históricas, possibilitando que cada estudante construa um discurso próprio sobre os temas do programa e produza textos (e argumentos) a partir de fontes impressas, orais, materiais e visuais. Os materiais necessários a estes exercícios — textos de consulta obrigatória, apresentações em formato PPTX, links para bibliografia complementar, filmes ou vídeos —, bem como o guião destinado a orientar a elaboração da ficha de leitura, estarão disponíveis na plataforma de elearning (Moodle) da Unidade Curricular.

Regime Geral de Avaliação (modalidades, elementos, calendarização, ponderação, etc.)

A avaliação compreende três dimensões:

- 1. Trabalho de pesquisa em grupo sobre um dos tópicos do programa (40%). Este trabalho desdobra-se em 3 componentes:
 - a) Apresentação oral, a realizar no mês de Dezembro, em datas a definir, com a duração aproximada de 20 min por grupo, seguindo-se um debate;
 - b) Texto final do trabalho de grupo (entre 4000 e 5000 palavras), a submeter até 30 de Janeiro de 2026.
 - c) Fichas de leitura utilizadas na realização do trabalho, no mínimo de uma (1) por cada elemento do grupo (anexas ao texto final do trabalho).

A avaliação terá em conta a profundidade da pesquisa, as competências demonstradas em termos de análise e síntese dos contributos bibliográficos, a capacidade de reflexão e o espírito crítico, a coerência da organização, a qualidade do suporte, as competências evidenciadas em oralidade e interação, a capacidade argumentativa na discussão do tema, a originalidade da abordagem e a qualidade da escrita.

- 2. Comentário de texto individual, presencial (40%), incidindo sobre o conjunto dos temas do programa, a realizar em 30 Janeiro 2026, conforme o calendário de avaliações. Serão critérios de avaliação o diálogo estabelecido com os textos, a utilização de bibliografia pertinente, as capacidades de análise e síntese, o espírito crítico, a organização do texto e a correção da escrita.
- 3. Assiduidade e participação nas atividades de sala de aula (20%).

Regime Alternativo de Avaliação (modalidades, estudantes abrangidos, elementos, calendarização, ponderação, etc.)

O regime alternativo destina-se a estudantes impossibilitados/as de frequentar dois terços das aulas (estudantes trabalhadores, atletas de alta competição, dirigentes associativos, militares, pais e mães estudantes, ou estudantes com necessidades educativas especiais). Nestes casos, a aprovação na unidade curricular implica a presença obrigatória nos momentos definidos para avaliação — nomeadamente em momentos de avaliação formativa ao longo do semestre — e consiste na realização de um exame final em data previamente acordada com o/a docente.

Regras relativas à melhoria de nota

A melhoria de nota será realizada no ano lectivo seguinte, mediante a realização de um exame final.